

## SEGREGAÇÃO URBANA E RESIDENCIAL: ESTUDOS PRELIMINARES

1 - **Eugenia Rodriguis Cunha**

Graduanda do curso de Geografia do Campus CSEH-  
Bolsista Institucional/UEG

2 – **Jéssica Almeida Bueno**

Graduanda do curso de Geografia do Campus CSEH-  
Bolsista Institucional/UEG

3 – **Janes Socorro da Luz**

Doutora em Geografia, docente da Universidade Estadual de Goiás

### Resumo

Ao observarmos o espaço urbano verificamos a reprodução das relações sociais e vemos que a desigualdade social é evidente, também, os processos de segregação espacial são visíveis e colocados de forma bastante aberta. Entre esses processos “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 1998, p. 142).

Os efeitos dos crescentes problemas econômicos, do desemprego e da distribuição de renda do país fazem com que as dificuldades de habitação da população menos favorecida, seja cada vez mais agravado. Fatores como a queda do crescimento econômico, ajustes fiscais, e a ausência de políticas públicas, contribuem para o aumento da segregação urbana, pois o Estado exerce papel fundamental para que este processo de separação perpetue, uma vez que a ação estatal está a serviço das classes dominantes através de ações que em nada favorecem a classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Segregação. Espaço Urbano. Desigualdade Social. Políticas Públicas.

### Introdução

Uma das categorias estudadas pela geografia é o espaço e as suas compreensões. Nesse sentido, abordaremos a luta de uma grande parcela da sociedade por um lugar neste espaço, compreendido aqui pela segregação habitacional. Iniciaremos alguns estudos sobre o processo de segregação residencial se tratando de um trabalho inicial baseado nas aulas de

geografia urbana, e nas experiências e observações das autoras deste trabalho sobre esse processo de luta pela moradia pela grande parte dos trabalhadores.

### Referencial Teórico

Para Corrêa (1995) a ação de segregação se dá quando diferentes classes ou camadas sociais tendem a agrupar-se cada vez mais em distintas regiões ou conjuntos de bairros das cidades. Dessa forma, por muito tempo as classes trabalhadoras para obter suas próprias casas nas áreas urbanas periféricas, utilizavam da autoconstrução, compravam lotes, muitos de forma ilegal, em locais distantes da cidade sem nenhuma infraestrutura e assim ampliavam as cidades. Mas devido as constantes crises econômicas, até mesmo este processo se tornou inviável fazendo com que favelas e cortiços se expandissem cada vez mais.

A população de baixa renda é excluída dos locais com maior valorização, pelo fato de que os pobres não cabem nas cidades e dessa forma se veem obrigados a ocupar espaços como os morros, entre outros de forma irregular e de baixo custo, assim os lugares de moradia dos trabalhadores empobrecidos, passa a ser identificada como lugar do isolamento, do abandono e, sobretudo, destituição econômica.

A ocupação destes terrenos que dão ensejo à criação das favelas é uma forma de resistência à segregação social e sobrevivência ante a absoluta falta de outros meios habitacionais. Aparentemente desprovida de qualquer elaboração espacial, as favelas acrescentam uma lógica que inclui a proximidade a mercados de trabalho. (CORRÊA, 1995, p. 29).

Para Villaça (1998) as áreas compostas por pessoas com baixos salários, com poucos recursos e que não possuem outra opção a não ser residir em locais com pouca infraestrutura, é caracterizado como segregação urbana involuntária, ou seja, o indivíduo ou as famílias são coagidas a se estabelecerem nestes lugares. A segregação voluntária se dá quando o indivíduo reside em um local devido a sua escolha. Este processo recebe o nome de segregação ecológica.

Os espaços urbanos são privatizados e capitalizados, sendo este processo frequentemente produzido pelo capital imobiliário, utilizando de estratégias para valorizar alguns espaços tidos como mercadorias, onde são altamente valorizados se tornando inalcançáveis para as classes de renda baixa, agindo dessa forma, estes agentes contribuem para o aumento da segregação urbana, “Progressivamente vemos o direito a cidade cair em mãos privadas ou em interesses quase privados” (HARVEY, 2012, p.86).

O que vemos frequentemente é que a estrutura urbana destaca e reproduz as heterogeneidades no que diz respeito à distribuição do poder social em uma sociedade. Por muito tempo as cidades se organizavam de forma que as classes média e alta ocupavam os bairros centrais, onde dispunham de infraestrutura urbana, enquanto os pobres habitavam a precária periferia. Entretanto, com a justificativa do aumento da violência, do medo, da insegurança, os cidadãos das classes média e alta começaram a adotar novas estratégias de proteção, as quais estão transformando a paisagem urbana.

Fronteiras sociais em forma de condomínios vão sendo construídos, no qual essa área representa a nova tendência de deslocamento de moradores abastados para a periferia da região metropolitana. Estas novas formas de habitação representam uma imagem oposta ao espaço urbano comum, os moradores destes condomínios querem evitar a desigualdade social e os encontros indesejáveis com o restante da população. Eles são idealizados para servirem como um mundo a parte, uma opção para as classes média e alta se manterem distantes da heterogeneidade racial e social.

Desse modo, as desigualdades e as distâncias sociais são lançadas e reforçadas, tendo-se a diminuição do contato entre as pessoas de diferentes grupos sociais. Este novo desenho urbano, incorpora princípios de desigualdade e intensa segregação. Essa dinâmica urbana não apenas reflete a estrutura social de uma dada sociedade, como também se constitui uma estrutura particular de reprodução das diferenças, reforçando cada vez mais a fragmentação social existente. “Assim, a segregação residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro” (CORRÊA, 1995, p.66).

Os espaços habitados pela elite são sempre mais privilegiados, possuindo maior estrutura, policiamento, áreas de lazer, sistema de transporte, entre outros benefícios proporcionados pelo Estado e, conseqüentemente, a população que nesse espaço habita possui qualidade de vida superior a dos demais espaços ocupados pela população segregada, Villaça nos mostra tal realidade de forma bastante clara ao informar que: “alta renda, alto Índice de Desenvolvimento Humano, menores taxas de homicídios, menor vulnerabilidade social, etc. Até mesmo o clima nessa região é mais ameno do que o restante da cidade, por causa de uma maior arborização e quantidade de parques”, (VILLAÇA, 2012, p. 62).

Esta breve explanação evidencia a relação entre os que dominam o espaço e os segregados que vivem sobre a opressão e constantes injustiças sociais, sendo que esta ação

coloca-se de forma moralmente condenável. E assim, as classes mais abastadas demonstram seu poder de dominação por meio do espaço urbano.

### **Metodologia**

A realização da pesquisa foi procedida de atida investigação bibliográfica. A essa pesquisa seguiu-se a composição e a leitura do texto. Foram escolhidos contextos de acordo com as características pontuais do assunto, como urbanização, segregação e luta de classes. Ao final foi produzido um texto explicativo onde as características dos temas sobre segregação e a desigualdade habitacional foram abordados.

### **Resultados e Discussões**

Trata-se de um estudo preliminar, cujos resultados ainda não foram finalizados, pois ainda não foi possível obter resultados consideráveis sobre o assunto abordado.

### **Conclusão**

No trabalho executado até o presente momento, através da análise efetuada verificou-se que uma das condições necessárias para a soberania popular é que as pessoas reconheçam os membros de grupos sociais distintos dos seus como concidadãos, isto é, como pessoas que têm os mesmos direitos e, portanto promoverem a igualdade e a sensação de que diferentes grupos sociais pertencem ao mesmo espaço e possuem necessidades semelhantes, conscientizando-se que as cidades de muros não reforçam a cidadania, mas somente evidenciam as contradições econômicas e sociais da sociedade contemporânea sobre o espaço geográfico.

### **Referências**

- VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2012.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**, São Paulo, Studio Nobel, 1998.
- HARVEY, David. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul/dez.2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço Urbano**. (Editora Ática, série Princípios, 3ª. Edição, n.174, 1995. P. 1-16.

